



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
CNPJ/MF Nº 02.790.893/0001-41
(NIRE Nº 35-3-0015625-1)**

HORA, DATA E LOCAL: às 10:00 horas do dia 29 de julho de 2003, na sede social da Companhia, na Avenida do Café nº 277, Torre "B", 9º andar, em São Paulo-SP. **PRESENCAS:** acionistas representando "quorum" superior ao legal, conforme assinaturas no Livro de Presenças, bem como registrando-se a presença do Presidente do Conselho Fiscal, Delson de Miranda Tolentino. **CONVOCAÇÃO:** Editais publicados nos dias 12, 15 e 16 de julho de 2003, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial (páginas 14, 16 e 10, respectivamente) e no Jornal "Gazeta Mercantil", edições de 14, 15 e 16.07.2003 (páginas A-11, A-14 e A-10, respectivamente). **MESA DIRETORA:** Presidente: Aldo Narcisi; Secretário: o advogado e acionista Carlos Gaggini. **ORDEM DO DIA:** (i) emissão de debêntures pela Companhia para distribuição pública, conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como de todos os atos relativos à emissão das debêntures, com as seguintes características principais: até 24.000 debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, com prazo de 4 (quatro) anos e possibilidade de repactuação, no montante de até R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data da emissão (a ser definida), quirografárias com promessa de constituição, em data a ser prevista na escritura de emissão das debêntures, pela Companhia e por Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS, de garantia real representada por penhor de direitos creditórios na proporção mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor do saldo devedor da emissão, e, ainda, com a prestação, a partir da data de emissão das debêntures, de fiança por Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS ("Usiminas") pelo pagamento do saldo devedor das debêntures; e (ii) delegação ao Conselho de Administração da Companhia para que este delibere ou altere as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do



artigo 59 da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** aprovadas pelos acionistas as matérias constantes da pauta, na seguinte conformidade: (i) Emissão de debêntures pela Companhia para distribuição pública, conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404/76 ("Debêntures"), com as seguintes características principais: 1. Valor total da emissão: o valor total da emissão é de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo); 2. Valor nominal: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"); 3. Quantidade: serão emitidas 24.000 (vinte e quatro mil) Debêntures; 4. Séries: a emissão será realizada em série única; 5. Forma: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados, observado o disposto na escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"); 6. Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações; 7. Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), na forma do disposto no artigo 58 da Lei nº 6.404/76; 7.1. Fiança: as Debêntures contarão com fiança da Usiminas (de acordo com sua autorização societária); 7.2. Promessa de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios: da Escritura de Emissão constará obrigação da Companhia e da Usiminas (esta última de acordo com sua autorização societária) de constituir em data a ser prevista na Escritura de Emissão, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor (i) de créditos contra determinados clientes da Companhia e da Usiminas, decorrentes do desempenho regular de suas atividades e que atendem a determinados critérios de elegibilidade, incluindo todos os documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios") em valor correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures, dividido tal limite mínimo entre a Companhia e a Usiminas a exclusivo critério destas; e (ii) dos créditos contra a(s) instituição(ões) centralizadora(s) dos Direitos Creditórios pelos recursos recebidos em pagamento dos Direitos Creditórios, em qualquer caso independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; 8. Data de emissão: a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2003 ("Data de Emissão"); 9. Prazo e data de vencimento: o prazo das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2007 ("Data de Vencimento"); 10. Colocação: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de



distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da emissão que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures; 11. Forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – (“CETIP”) e, se for o caso, da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (“Data de Integralização”); 12. Preço de subscrição: as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; 13. Pagamento do Valor Nominal: o Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento; 14. Remuneração: observado o disposto abaixo, no que se refere ao Primeiro Período de Remuneração (conforme definido abaixo), sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa (“Sobretaxa”) (“Remuneração”); 14.1. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2004 e o último, na Data de Vencimento; 14.2. Período de Remuneração: entende-se por “Período de Remuneração” o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada; 14.3. Primeiro Período de Remuneração: o Primeiro Período de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, encerrando-se, portanto, em 1º de setembro de 2005 (“Primeiro Período de Remuneração”); 14.4. Sobretaxa do Primeiro Período de Remuneração: a Sobretaxa do Primeiro Período de Remuneração será de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis; 15. Repactuação: a primeira repactuação ocorrerá em 1º de setembro de 2005, quando as características e condições das Debêntures poderão ser alteradas por proposta da Companhia, desde que o Conselho de Administração da Companhia comunique aos debenturistas os novos termos e condições aplicáveis às Debêntures, observado o que dispuser a Escritura de Emissão, podendo ocorrer eventuais novas repactuações, obrigando-se a Companhia a pagar o valor correspondente ao saldo



devedor de todas ou parte das Debêntures dos debenturistas que não aceitarem os termos da repactuação ou das eventuais novas repactuações; **16.** Resgate Antecipado Facultativo: a partir de 1º de setembro de 2004, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo devedor das Debêntures e de prêmio de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado proporcionalmente ao prazo, em dias úteis, restante entre a data do efetivo resgate e a data de repactuação aplicável ou a Data de Vencimento, conforme o caso. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis; **17.** A Escritura de Emissão poderá, ainda, dispor sobre eventos de vencimento antecipado e eventos cuja ocorrência obrigará a Companhia a pagar o valor correspondente ao saldo devedor de todas ou parte das Debêntures dos debenturistas que não aceitarem os termos de tal evento; (ii) Autorizar o Conselho de Administração da Companhia para que este delibere ou altere as matérias aqui previstas de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (iii) Em conformidade com o item (i) da Ordem do Dia, ou seja, deliberar sobre todos os atos relativos à emissão das debêntures, autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações ora adotadas, podendo, inclusive, (a) negociar cláusulas da Escritura de Emissão, observadas as deliberações desta Assembléia; (b) contratar o consórcio liderado pelo Banco do Brasil S/A para intermediar a distribuição pública das Debêntures; e (c) negociar a contratação do agente fiduciário dos debenturistas, do banco mandatário das Debêntures e de quaisquer outros serviços necessários à distribuição pública das Debêntures.

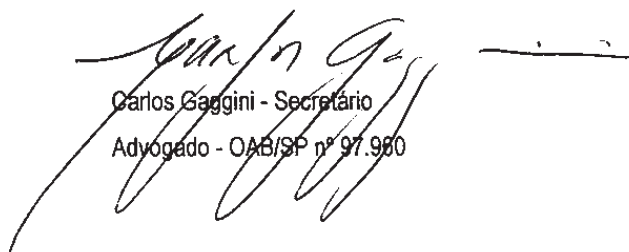
APROVAÇÃO DA ATA: aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, com a transcrição apenas das deliberações tomadas, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da ata, que, depois de lida e aprovada, segue assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. São Paulo (SP), 29 de julho de 2003. a) Aldo Narcisi – Presidente; Carlos Gaggini – Secretário; Aldo Narcisi; Adilson dos Santos; Clube de Investimentos dos Empregados da Cosipa – CIEC – Adilson dos Santos; Associação de Preservação da Memória Ferroviária - Sérgio Feijão Filho; Sérgio





Feijão Filho; Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS - pp. Carlos Gaggini; Fundação Cosipa de Seguridade Social – FEMCO - pp. Carlos Gaggini; Carlos Gaggini; e Gilson Rodrigues Bentes.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.



Carlos Gaggini - Secretário
Advogado - OAB/SP nº 97.980

